

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

LONDRINA-PR

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2020**

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Londrina - PR
BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

ATIVO

	Nota	2020	(Reclassificado) 2019
ATIVO CIRCULANTE		<u>57.746.085,99</u>	<u>34.383.528,06</u>
Disponível	4	6.234.525,09	1.863.398,94
Realizável		<u>51.511.560,90</u>	<u>32.520.129,12</u>
Aplicações Financeiras	5	<u>23.590.788,72</u>	<u>13.926.619,07</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		11.197.611,67	8.787.934,14
Aplicações Livres		12.393.177,05	5.138.684,93
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	<u>6.561.512,84</u>	<u>3.650.232,30</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber		2.069.048,55	2.265.149,35
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		1.600.099,25	1.385.082,95
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		2.892.365,04	
Créditos Oper.Assist.Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	7	8.020.510,63	6.810.938,25
Despesas Diferidas		443.721,78	485.469,49
Créditos Tributários e Previdenciários		19.949,20	
Bens e Títulos a Receber	8	12.580.492,33	7.195.858,95
Despesas Antecipadas		294.585,40	451.011,06
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>49.500.849,27</u>	<u>49.119.443,23</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>7.454.416,67</u>	<u>6.777.089,75</u>
Títulos e Créditos a Receber	8	3.177.237,38	1.319.000,00
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	3.941.467,85	5.003.483,29
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	8	335.711,44	454.606,46
Investimentos	10	<u>1.082.594,06</u>	<u>4.183.727,26</u>
Participações Societárias pelo Método de Custo		137.549,14	1.516.008,87
Outros Investimentos		945.044,92	2.667.718,39
Imobilizado	11	<u>40.163.620,82</u>	<u>37.402.458,96</u>
Imóveis de Uso Próprio		<u>27.899.835,17</u>	<u>26.962.083,75</u>
Imóveis - Hospitalares		24.091.286,35	23.104.626,95
Imóveis - Não Hospitalares		3.808.548,82	3.857.456,80
Imobilizado de Uso Próprio		<u>10.136.141,92</u>	<u>9.311.615,05</u>
Hospitalares		10.069.374,00	9.257.629,47
Não Hospitalares		66.767,92	53.985,58
Imobilizações em Curso		2.127.643,73	1.128.760,16
Intangível	11	<u>800.217,72</u>	<u>756.167,26</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>107.246.935,26</u>	<u>83.502.971,29</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Londrina - PR
BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)
PASSIVO

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PASSIVO CIRCULANTE		<u>49.286.729,96</u>	<u>42.029.784,84</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	<u>16.963.538,13</u>	<u>14.817.491,80</u>
Provisões de Contraprestações		<u>5.232.749,37</u>	<u>5.143.806,90</u>
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG		5.193.594,45	5.090.431,42
Provisão para Remissão		39.154,92	53.375,48
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS		3.538.990,91	3.200.576,98
Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prestadores Serviços Assistenciais		4.099.220,14	2.113.354,17
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		4.092.577,71	4.359.753,75
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		<u>1.089.957,69</u>	<u>1.109.322,56</u>
Contraprestações / Prêmios a Restituir		15.911,29	14.403,54
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		1.073.846,40	1.094.219,21
Comercialização sobre Operações		200,00	699,81
Débitos c/ Oper. de Assist. à Saúde n/ Relac. c/ Planos da Operadora	13	4.817.071,83	4.782.483,23
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	3.861.174,63	2.824.926,33
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	2.734.501,77	1.926.235,61
Débitos Diversos	16	19.820.485,91	16.569.325,31
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>19.550.392,34</u>	<u>25.409.361,54</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	<u>1.258.745,60</u>	<u>1.137.689,13</u>
Provisão para Remissão		916.190,16	1.134.600,96
Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		342.555,44	3.088,17
Provisões	17	<u>6.155.827,21</u>	<u>5.850.345,12</u>
Provisões para Ações Judiciais		6.155.827,21	5.850.345,12
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	<u>2.391.021,92</u>	<u>8.365.060,53</u>
Tributos e Contribuições		2.391.021,92	8.365.060,53
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	8.246.013,18	9.061.309,47
Débitos Diversos	16	1.498.784,43	994.957,29
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	<u>38.409.812,96</u>	<u>16.063.824,91</u>
Patrimônio Social		5,32	5,32
Reservas		<u>24.267.498,46</u>	<u>25.022.969,79</u>
Reservas Patrimoniais		16.496.023,61	16.496.023,61
Reservas de Reavaliação		7.771.474,85	8.526.946,18
Superávit (Déficit) Acumulados		14.142.309,18	(8.959.150,20)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>107.246.935,26</u>	<u>83.502.971,29</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Londrina - PR
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		<u>133.341.520,43</u>	<u>122.337.982,51</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		<u>133.341.520,43</u>	<u>122.337.982,51</u>
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		133.108.889,07	122.130.654,20
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		232.631,36	207.328,31
Eventos Indenizáveis Líquidos		<u>(91.609.365,19)</u>	<u>(98.780.473,73)</u>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(91.876.541,23)	(98.750.074,12)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		267.176,04	(30.399,61)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		<u>41.732.155,24</u>	<u>23.557.508,78</u>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		3.410,00	4.523,15
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	19	<u>94.578.100,86</u>	<u>98.148.477,43</u>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		53.743.029,61	57.059.217,83
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		20.177.853,07	20.279.857,64
Outras Receitas de Prestação de Serviços de Administradora de Benefícios		62.454,80	146.721,59
Outras Receitas Operacionais		20.594.763,38	20.662.680,37
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		<u>(975.099,57)</u>	<u>(2.365.156,47)</u>
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(145.987,81)	-
Provisão para Perdas sobre Créditos		(829.111,76)	(2.365.156,47)
Outras Despesas Oper. Assist. Saúde Não Relac.c/Planos Saúde da Operadora	19	(108.811.662,45)	(98.916.473,15)
RESULTADO BRUTO		<u>26.526.904,08</u>	<u>20.428.879,74</u>
Despesas de Comercialização		(1.644.481,64)	(984.856,07)
Despesas Administrativas		(8.980.537,41)	(9.298.810,44)
Resultado Financeiro Líquido		<u>(1.145.703,97)</u>	<u>(2.095.372,34)</u>
Receitas Financeiras		2.861.552,45	2.433.253,70
Despesas Financeiras		(4.007.256,42)	(4.528.626,04)
Resultado Patrimonial		<u>7.589.806,99</u>	<u>2.194.091,72</u>
Receitas Patrimoniais		7.589.806,99	2.194.091,72
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>22.345.988,05</u>	<u>10.243.932,61</u>
SUPERÁVIT DO PERÍODO		<u>22.345.988,05</u>	<u>10.243.932,61</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Londrina - PR
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit do Período	22.345.988,05	10.243.932,61
Outros Resultados Abrangentes	755.471,33	834.535,30
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>23.101.459,38</u>	<u>11.078.467,91</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Londrina - PR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Reservas			Superávit (Déficit) Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
		Reservas Patrimoniais	Reserva de Reavaliação	Total das reservas		
Saldos em 31/12/2018	5,32	16.496.023,61	9.361.481,48	25.857.505,09	(20.037.618,11)	5.819.892,30
Superávit do Período					10.243.932,61	10.243.932,61
Realização da Reserva			(834.535,30)	(834.535,30)	834.535,30	
Saldos em 31/12/2019	5,32	16.496.023,61	8.526.946,18	25.022.969,79	(8.959.150,20)	16.063.824,91
Superávit do Período					22.345.988,05	22.345.988,05
Realização da Reserva			(755.471,33)	(755.471,33)	755.471,33	
Saldos em 31/12/2020	5,32	16.496.023,61	7.771.474,85	24.267.498,46	14.142.309,18	38.409.812,96

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)**

	2020	(Reclassificado) 2019
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Recebimento de Planos de Saúde	139.808.991,38	134.002.679,15
Resgate de Aplicações Financeiras	78.412.949,22	75.859.643,06
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.046.798,21	1.216.364,58
Outros Recebimentos Operacionais	87.519.095,35	91.131.367,51
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(124.484.933,62)	(128.958.559,67)
Pagamento de Comissões	(813.705,03)	(863.706,82)
Pagamento de Pessoal	(49.303.130,09)	(50.295.225,35)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(25.507.006,43)	(24.756.604,34)
Pagamento de Tributos	(9.450.711,93)	(10.850.065,79)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(896.469,61)	(554.191,25)
Pagamento de Aluguel	(1.827.649,56)	(659.535,74)
Pagamentos de Tarifas Bancárias	(948.321,63)	(882.760,65)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(554.482,67)	(420.903,07)
Aporte em Aplicações Financeiras	(87.631.650,61)	(80.124.656,82)
Outros Pagamentos Operacionais	(2.259.866,03)	(3.049.299,25)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>3.109.906,95</u>	<u>794.545,55</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Recebimento Venda de Investimento	3.033.333,33	5.590.691,24
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	6.106.615,29	2.762.619,13
Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(5.952.509,51)	(4.019.958,06)
Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(82.964,09)	(32.808,02)
Aquisição de Ativo Intangível	(375.238,97)	(11.410,20)
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(341.456,66)	(2.391.238,31)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	<u>2.387.779,39</u>	<u>1.897.895,78</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	9.750.620,56	18.041.961,53
Pagamento Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(9.277.007,72)	(21.878.232,55)
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(1.600.173,03)	(726.275,68)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	<u>(1.126.560,19)</u>	<u>(4.562.546,70)</u>
Caixa Líquido Gerado (Consumido) no Período	<u>4.371.126,15</u>	<u>(1.870.105,37)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.863.398,94	3.733.504,31
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	6.234.525,09	1.863.398,94
Ativos Livres no Início do Período	7.002.083,87	6.073.039,32
Ativos Livres no Final do Período	18.627.702,14	7.002.083,87
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	<u>11.625.618,27</u>	<u>929.044,55</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores em Reais)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA – AEBEL**, com sede na Av. Bandeirantes nº 618, na cidade de Londrina-PR, fundada no ano de 1946, é uma associação civil, **SEM FINS LUCRATIVOS**, obrigada a aplicar seus resultados nas finalidades estatutárias, quais sejam: realizar obras assistenciais e beneficentes na área da saúde, prestar serviços de natureza médico-hospitalar, operar planos privados de assistência à saúde, bem como outras atividades e serviços compatíveis com seus objetivos sociais.

O atendimento de sua missão estatutária é efetuado através do **HOSPITAL EVANGÉLICO DE LONDRINA, HOSPITALAR PLANO DE SAÚDE, HOSPITAL EVANGELICO DE LONDRINA UNIDADE DE APOIO FARIA LIMA** e **SAUDE EM CASA SERVIÇOS DE HOME CARE**. A **AEBEL** atua na comercialização de planos de saúde, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de preço preestabelecido, com registro de seus produtos na **ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar**, com fins filantrópicos sob número **32675-5**.

1.1) IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19

A pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2) vem acarretando repercussões não apenas de ordem médica e epidemiológica em escala global, mas também gerando reflexos e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente.

Com medidas políticas, econômicas e sociais, Governo e Órgãos Reguladores realizaram ao longo de 2020 diversas ações na tentativa de amenizar os efeitos financeiros danosos à população e empresas, dentre os quais podem ser destacados: Auxílio Emergencial destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados; Liberação de recursos complementares de custeio destinados a hospitais públicos e privados filantrópicos para apoio no

combate à pandemia; Suspensão da aplicação dos reajustes de planos de saúde no período de setembro a dezembro de 2020; entre outros.

Desde Mar/20, especialmente nos primeiros meses após o início da pandemia, a AEBEL sofreu de forma sem precedentes com a queda vertiginosa em suas receitas oriundas de atendimentos particulares e outros convênios, cuja variação negativa fora de aproximadamente 30% em relação aos níveis pré-pandemia. O custo médio na aquisição de insumos básicos (materiais e medicamentos) utilizados na rede própria aumentou significativamente, reduzindo assim as margens das operações. Por outro lado, as medidas de distanciamento social determinadas pelos governos estadual e municipal culminaram na redução do custo assistencial da operadora, cuja variação negativa no acumulado de 2020 fora de aproximadamente 6,9% frente ao período anterior.

Já para o exercício de 2021, ainda envolto em grandes incertezas, vislumbra-se: perenidade no crescimento da carteira de beneficiários; medidas afirmativas para retenção e redução da inadimplência; estabilização ou redução nos custos dos insumos médicos diretamente relacionados às síndromes respiratórias; uso consciente dos serviços médicos e hospitalares, e eventual incremento nos custos com procedimentos eletivos então postergados.

2) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As presentes demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas estabelecidas pelo próprio órgão, principalmente aquelas relacionadas ao plano de contas padrão instituído pela Resolução Normativa RN nº 322 de 28/03/2013, atualizado pela Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações subsequentes. Essas demonstrações também estão em consonância com as disposições contidas no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e demais dispositivos legais e normativos pertinentes às Instituições de Fins Filantrópicos e de acordo com a lei 11.638/07, quando aplicável.

As demonstrações financeiras são apresentadas em moeda corrente nacional – denominada de Real, tendo sido autorizado sua elaboração e emissão pela Administração da Associação em **05/02/2020**.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A AEBEL aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Regime de Escrituração

A AEBEL adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento, considerando também que as mensalidades dos planos foram reconhecidas na forma de pró-rata-dia.

b) Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

- **Nota Explicativa nº 11** - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período.
- **Nota Explicativa nº 12** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.
- **Nota Explicativa nº 17** - Provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

c) Reconhecimento de Receitas

As Contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, em conformidade com o que estabelece a RN 435/18.

d) Critério de Contabilização/Rateio Rede Própria

A AEBEL, de acordo com o capítulo IV do *Manual Contábil das Operações do Mercado de Saúde Suplementar* (RN 435/2018), contabiliza todos os gastos incorridos em sua rede própria (Hospital Evangélico de Londrina) em grupo contábil transitório (apuração de custos), posteriormente distribuindo tais gastos entre os grupos de “*Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde*” (quando atrelados aos atendimentos de seus próprios beneficiários) e “*Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operad.*” (quando atrelados a atendimentos prestados a outros convênios e particulares).

De forma sucinta, a operadora precifica todos os atendimentos médicos ocorridos na rede própria, conforme tabelas previamente definidas, independentemente de ser beneficiário do plano ou outro paciente. Essa precificação não é registrada contabilmente, sendo realizada somente por meio de controles gerenciais. Usando tal técnica, no final do mês, a operadora tem todos os atendimentos precificados nas mesmas bases ou em valores próximos.

Com base nesses valores de “faturamento próprio” a operadora rateia os custos, registrando contabilmente as receitas com atendimentos a pacientes que não sejam seus beneficiários no grupo “*Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora*”, e os custos referentes aos atendimentos desses pacientes no grupo “*Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operad.*”. Em relação aos seus beneficiários, a AEBEL registra no grupo “*Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde*”, os custos incorridos para atendimento, que será apurado pela proporcionalidade das despesas em relação ao “faturamento próprio” dos atendimentos relacionados a esses beneficiários, que a operadora tem precificado em controles gerenciais.

e) Reconhecimento de Eventos Indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e rede própria na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores que não são tempestivamente

cobrados ou avisados na totalidade à Entidade, ao final de cada mês os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados, calculada atuarialmente.

f) Estoques

Os estoques referem-se a materiais e medicamentos para atendimento exclusivo de seus pacientes. Estes estoques são reconhecidos pelo custo (médio) de aquisição, igual ou inferior aos valores de reposição e de mercado.

g) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São registrados e mantidos no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de *“contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares”* contabilizadas na forma de pró-rata-dia nos termos da RN 435/18 da ANS.

h) Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC

Com base nas normas da ANS e em conformidade com a RN 435/18, foram calculadas perdas estimadas sobre créditos, considerando a totalidade do crédito por contrato nos casos de uma parcela vencida a mais de 60 dias para planos individuais / familiares e mais de 90 dias nos demais planos (coletivos empresariais e adesão) e sobre outros créditos não relacionados com planos.

i) Créditos Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos Saúde da Operadora

São registrados e mantidos no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, referente aos serviços médicos e hospitalares devidos por diversos convênios e pacientes particulares, em contrapartida à conta de resultado de *“receitas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da Operadora”*.

j) Despesas Antecipadas

As despesas e dispêndios antecipados foram registrados no Ativo Circulante, sendo apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

k) Despesas de Comercialização Diferidas (Comissões a Apropriar)

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais amortizadas ao resultado em até 12 meses. Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcorrer do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado.

l) Investimentos – Participações Societárias pelo Método do custo

Os investimentos são compostos por cotas de participação em cooperativas de crédito, em função de contas garantidas, onde há um limite para uso financeiro garantido pela aquisição dessas cotas. Sua movimentação acontece pela liquidação e aquisição de acordo com a necessidade financeira no decorrer da movimentação, utilizando-se o método do custo.

m) Imobilizado

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear sobre o valor depreciável dos bens, apurado com base em estimativa de vida útil e limitado ao valor residual recuperável de conformidade com a RN 435/18.

n) Isenções Usufruídas - Imposto de Renda, Contribuição Social, Cota INSS, PIS e COFINS

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza de benefícios fiscais, cujas isenções obtidas estão contabilizadas consoantes disposições emanadas do Conselho Nacional de Assistência Social, conjugadas com Ordens de Serviço do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Normas Brasileiras de Contabilidade, como seguem:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cota INSS + Terceiros	12.084.302,61	12.034.246,71
PIS Folha de Pagamento	1.436.072,84	1.433.142,08
COFINS	11.837.785,20	5.392.503,70
Imposto de Renda/Contribuição Social	7.593.219,94	3.458.963,47
	<u>32.951.380,59</u>	<u>22.318.855,97</u>

o) Direitos e Obrigações

Os direitos e obrigações são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos auferidos ou incorridos.

p) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

- **Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas** - São constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.
- **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde** - A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.
A provisão de eventos a liquidar é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.
A provisão de eventos a liquidar para o Sistema Único de Saúde (SUS) é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando obrigação legal de restituir as despesas em eventual atendimento de seus beneficiários.

A Provisão para Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada pro rata dia, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

q) Valor Recuperável dos Ativos

Em consonância com a NBC TG 01, aprovada pela Resolução 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, a Associação realizou avaliação sobre a existência de indícios (internos ou externos) que pudessem sugerir a necessidade de ajustes ao valor recuperável dos ativos. Como resultado de tal avaliação não foram identificados tais indícios, sendo dispensada a aplicação do *Teste de Recuperabilidade*, nos termos da legislação vigente.

r) Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de rendimentos de aplicações, atualizações financeiras efetivamente recebidas sobre títulos liquidados em atrasos pelos clientes e outras atualizações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem, principalmente, despesas bancárias, taxas de operação com bandeiras de cartão de crédito/débito e descontos concedidos a cliente em negociações eventuais para recebimentos de títulos em atraso.

s) Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a Entidade está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Operadora acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

t) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método direto, considerando o modelo preconizado por legislação emanada da ANS. A conciliação entre o método indireto está demonstrada na Nota Explicativa 25.

4. DISPONÍVEL

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	19.535,42	12.085,24
Bancos Conta Movimento	6.214.989,67	1.851.313,70
	<u>6.234.525,09</u>	<u>1.863.398,94</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	11.197.611,67	8.787.934,14
- Títulos de Renda Fixa - Privado	11.197.611,67	8.787.934,14
Aplicações Livres	12.393.177,05	5.138.684,93
- Títulos de Renda Fixa - Privado	925.552,80	122.671,58
- Outras Aplicações	11.467.624,25	5.016.013,35
	<u>23.590.788,72</u>	<u>13.926.619,07</u>

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contraprestações Pecuniárias a Receber (a)	4.825.735,88	4.500.326,36
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC (b)	(2.756.687,33)	(2.235.177,01)
	<u>2.069.048,55</u>	<u>2.265.149,35</u>
Participação de Beneficiários em Eventos (a)	2.112.990,70	1.841.662,83
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC (b)	(512.891,45)	(456.579,88)
	<u>1.600.099,25</u>	<u>1.385.082,95</u>
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde (c)	2.892.365,04	-
	<u>2.892.365,04</u>	<u>-</u>
	<u>6.561.512,84</u>	<u>3.650.232,30</u>

- a) O saldo da conta "Contraprestação Pecuniária a Receber" refere-se a valores a receber de créditos com planos de saúde da Associação, e "Participação de Beneficiários em Eventos" refere-se as utilizações dos beneficiários (Coparticipações).
- b) O saldo da conta "Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC" refere-se aos valores calculados de acordo com a RN 435/18 da ANS. Considerando a totalidade do crédito por contrato no caso de existir títulos vencidos a mais de 60 dias de planos familiares e mais de 90 dias nos demais planos (coletivos empresariais e adesão).

- c) Os “Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde” referem-se aos recebíveis oriundos dos reajustes retroativos de custo e faixa etária, suspensos por determinação da ANS entre Set/20 e Dez/20, os quais serão cobrados em até 12 parcel no ano de 2021.

	Contraprestações Pecuniárias a receber				
	Planos Familiares - Pré Estabelecido	Planos Coletivos - Pré Estabelecido	Total	Participação dos Beneficiários em Eventos	Total
	A Vencer	2.760.630,38	455.506,07	3.216.136,45	1.339.129,88
Vencidos até 30 dias	2.135.587,90	196.050,47	2.331.638,37	413.792,72	2.745.431,09
Vencidos de 31 a 60 dias	1.160.195,91	149.447,72	1.309.643,63	202.391,18	1.512.034,81
Vencidos de 61 a 90 dias	604.187,01	52.855,59	657.042,60	113.497,20	770.539,80
Vencidos acima de 91 dias	188.929,30	14.710,57	203.639,87	44.179,72	247.819,59
	6.849.530,50	868.570,42	7.718.100,92	2.112.990,70	9.831.091,62
(-) Prov. p/ Perdas s/ Créditos - PPSC	(2.529.845,30)	(226.842,03)	(2.756.687,33)	(512.891,45)	(3.269.578,78)
	4.319.685,20	641.728,39	4.961.413,59	1.600.099,25	6.561.512,84

7. CRÉDITO DE OPER. ASSIST. À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	(Reclassificado)	
	2020	2019
Créditos Oper.Assist.Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	8.958.985,42	8.378.107,93
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC	(938.474,79)	(1.567.169,68)
	8.020.510,63	6.810.938,25

Referem-se a valores de outros créditos a receber que não se relacionam com o plano de saúde da AEBEL, substancialmente devidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e outros convênios particulares, que tiveram pacientes atendidos no Hospital Evangélico de Londrina.

8. BENS, TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	(Reclassificado)	
	2020	2019
Adiantamentos a Receber	1.359.439,11	949.510,08
Cartão de Crédito / Débito a Receber	1.182.045,78	1.102.083,48
Caução - Copel	191.570,71	191.570,71
Cessão de Ativos a Receber	1.009.088,77	964.370,69
Cheques a Receber	389.994,35	167.850,08
Contas a Receber de Pacientes (em cobrança judicial)	2.315.840,68	2.317.526,75
Desapropriação Faria Lima (P.M.L.)	1.319.000,00	1.319.000,00
Estoques	6.335.401,44	4.165.573,42
Outros Créditos a Receber	5.011,84	7.849,13
Semestralidades a Receber	1.494.066,28	1.550.226,79
Títulos a Receber - Venda Terreno	4.166.666,67	-
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	(3.674.684,48)	(3.766.095,72)
	16.093.441,15	8.969.465,41
- Circulante - Bens e Títulos a Receber	12.580.492,33	7.195.858,95
- Não Circulante - Títulos e Créditos a Receber	3.177.237,38	1.319.000,00
- Não Circulante - Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	335.711,44	454.606,46
	16.093.441,15	8.969.465,41

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos Judiciais - Fiscais	1.619.601,49	3.967.978,05
Depósitos Judiciais - Ressarcimento ao SUS	342.555,44	-
Depósitos Judiciais - TSS e Multas ANS	234.584,16	-
Depósitos Judiciais - Cíveis	116.035,07	86.021,72
Depósitos Judiciais - Trabalhista	1.628.691,69	949.483,52
	<u>3.941.467,85</u>	<u>5.003.483,29</u>

Os depósitos judiciais foram atualizados com base nos relatórios da assessoria jurídica, bem como nos extratos emitidos pelas instituições financeiras custodiantes.

10. INVESTIMENTOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cotas Uniprime (d)	30.000,70	1.306.265,41
Cotas Sicoob (d)	106.622,13	208.853,90
Cotas Sicredi (d)	926,31	889,56
Propriedades para Investimentos - Terrenos (a)	47.000,00	1.947.000,00
Propriedades para Investimentos - Edificações (b)	326.000,00	326.000,00
Bens em Cessão de Direitos (c)	572.044,92	394.718,39
	<u>1.082.594,06</u>	<u>4.183.727,26</u>

- a) Em Ago/20 a AEBEL alienou o imóvel do Lote 4-H da Gleba Lindóia, com área total de 61.822,54m², localizado na Avenida dos Pioneiros, Londrina-PR, então registrado ao custo histórico de R\$ 1,9 milhão;
- b) Referente a sala e garagens localizado no Centro Médico sito à Avenida Bandeirantes nº 500;
- c) Referente a bens cedidos a terceiros mediante contratos de cessão, avaliados ao custo de fabricação.
- d) Referem-se a cotas de capital em cooperativas de créditos, avaliadas ao método de custo.

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado e intangível encontra-se reconhecidos pelo custo histórico nos termos da RN 435/18. As taxas de depreciação e amortização estão adequadas conforme as melhores estimativas de vida útil e valor residual recuperável, em conformidade com o previsto na NBC TG 27, aprovada pela Resolução 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, calculadas pelo método linear.

a. Movimentações ocorridas no período

	Movimentação em 2020					
	2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação / Amortização	2020
Terrenos	10.252.855,71	-	-	-	-	10.252.855,71
Edificações	16.709.228,04	119.952,27	0,13	1.956.312,05	- 1.138.513,05	17.646.979,44
Instalações	145.218,32	17.413,00	0,03	-	- 21.399,61	141.231,74
Máquinas e Equipamentos	6.063.000,49	2.375.084,07	- 51.146,76	-	- 1.241.717,23	7.145.220,57
Instrumentos Cirurgicos	40.318,87	85.407,82	0,45	-	- 23.504,45	102.222,69
Equipamentos de Informática	1.303.318,91	75.882,42	- 407,64	-	- 407.145,71	971.647,98
Móveis e Utensílios	1.736.412,40	406.538,40	- 3.602,25	-	- 373.336,13	1.766.012,42
Veículos	23.346,06	-	-	-	- 13.539,52	9.806,54
Construções em Andamento	1.128.760,16	2.955.195,62	-	- 1.956.312,05	-	2.127.643,73
Total Imobilizado	37.402.458,96	6.035.473,60	- 55.156,04	-	- 3.219.155,70	40.163.620,82
Softwares	756.167,26	375.238,97	0,03	-	- 331.188,54	800.217,72
Total Intangível	756.167,26	375.238,97	0,03	-	- 331.188,54	800.217,72
Imobilizado e Intangível	38.158.626,22	6.410.712,57	- 55.156,01	-	- 3.550.344,24	40.963.838,54
Hospitalares	32.362.256,42	2.997.313,89	- 55.158,81	1.956.312,05	- 3.106.990,47	34.153.733,08
Não Hospitalares	3.911.442,38	82.964,09	2,80	-	- 112.165,23	3.882.244,04
Imobilizações em Curso	1.128.760,16	2.955.195,62	-	- 1.956.312,05	-	2.127.643,73
Intangível	756.167,26	375.238,97	-	-	- 331.188,54	800.217,69
	38.158.626,22	6.410.712,57	- 55.156,01	-	- 3.550.344,24	40.963.838,54

b. Quadro resumo

	Composição Imobilizado e Intangível em 2020			
	Custo Original	Depre. Acumul.	Líquido 2020	Líquido 2019
Terrenos	10.252.855,71	-	10.252.855,71	10.252.855,71
Edificações	30.310.530,36	- 12.663.550,92	17.646.979,44	16.709.228,04
Instalações	382.313,49	- 241.081,75	141.231,74	145.218,32
Máquinas e Equipamentos	20.035.688,31	- 12.890.467,74	7.145.220,57	6.063.000,49
Instrumentos Cirurgicos	862.044,83	- 759.822,14	102.222,69	40.318,87
Equipamentos de Informática	3.807.907,34	- 2.836.259,36	971.647,98	1.303.318,91
Móveis e Utensílios	5.359.874,19	- 3.593.861,77	1.766.012,42	1.736.412,40
Veículos	285.703,02	- 275.896,48	9.806,54	23.346,06
Construções em Andamento	2.127.643,73	-	2.127.643,73	1.128.760,16
Total Imobilizado	73.424.560,98	- 33.260.940,16	40.163.620,82	37.402.458,96
Softwares	2.698.954,13	- 1.898.736,41	800.217,72	756.167,26
Total Intangível	2.698.954,13	- 1.898.736,41	800.217,72	756.167,26
Imobilizado e Intangível	76.123.515,11	- 35.159.676,57	40.963.838,54	38.158.626,22
Hospitalares	66.054.651,56	- 31.900.918,48	34.153.733,08	32.362.256,42
Não Hospitalares	5.242.265,72	- 1.360.021,68	3.882.244,04	3.911.442,38
Imobilizações em Curso	2.127.643,73	-	2.127.643,73	1.128.760,16
Intangível	2.698.954,10	- 1.898.736,41	800.217,69	756.167,26
	76.123.515,11	- 35.159.676,57	40.963.838,54	38.158.626,22

12. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG (e)	5.193.594,45	5.090.431,42
Provisão para Remissão (d)	955.345,08	1.187.976,44
PESL - Ressarcimento ao SUS (a)	3.881.546,35	3.203.665,15
PESL - Honorários Médicos (a)	11.316,82	11.316,82
PESL - Hospitais, Laboratórios e Clínicas (a)	3.802.609,70	1.986.711,20
PESL - Rede Credenciada (a)	281.275,51	113.440,49
Reembolsos (b)	4.018,11	1.885,66
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (c)	4.092.577,71	4.359.753,75
	<u>18.222.283,73</u>	<u>15.955.180,93</u>
- Circulante	16.963.538,13	14.817.491,80
- Não Circulante	1.258.745,60	1.137.689,13
	<u>18.222.283,73</u>	<u>15.955.180,93</u>

- a) Corresponde aos eventos conhecidos a liquidar de assistência à saúde, ou seja, são todas as obrigações que envolvem os custos com assistência à saúde médico-hospitalar – produção médica, hospitais, laboratórios, clínicas, materiais e medicamentos, intercâmbios, ressarcimento ao SUS e outros custos relacionados exclusivamente com a saúde de usuários próprios da Operadora;
- b) Corresponde ao reembolso aos usuários dos planos de assistência à saúde, de despesas assistenciais pagas por eles;
- c) É uma provisão estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela operadora, ou seja, a operadora não tenha o conhecimento de tais atendimentos;
- d) Esta provisão somente deverá ser constituída pelas operadoras que concedem a remissão aos seus beneficiários. Entende-se por remissão o fato de os beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo pré-determinado, em função da ocorrência de um evento gerador, em geral morte, desemprego ou invalidez, conforme definido em contrato;
- e) A PPCNG é constituída a partir do início da vigência da cobertura, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

13. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM O PLANO DA OPERADORA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Honorários Médicos - PJ (a)	3.215.947,93	3.569.286,57
Honorários Médicos - PF (a)	440.870,29	601.612,65
Honorários Médicos - Repasse SUS (c)	1.098.085,26	-
Convênio SESA / FUNSAÚDE (b)	62.168,35	611.584,01
	<u>4.817.071,83</u>	<u>4.782.483,23</u>

- a) Corresponde aos valores de transações de operações de assistência médico-hospitalares não relacionados com o plano de saúde da Operadora;
- b) Valores referentes às emendas parlamentares, ainda não reconhecidas como receitas por não satisfazerem todos os critérios de reconhecimento preconizados pelas regras contábeis emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- c) Montante referente à honorários médicos a repassar para prestadores, decorrentes de serviços prestados em atendimentos voltados aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS

14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

São registrados nesse grupo todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, administrativos e de pessoal.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
INSS Retido a Recolher	406.344,15	421.992,03
FGTS a Recolher	459.144,40	497.990,51
Outros Tributos Retidos	1.132.068,60	972.615,56
Parcelamento - FGTS (a)	4.254.639,40	9.297.388,76
	6.252.196,55	11.189.986,86
- Circulante	3.861.174,63	2.824.926,33
- Não Circulante	2.391.021,92	8.365.060,53
	6.252.196,55	11.189.986,86

- a) A dívida tributária foi atualizada conforme telas de cobrança retiradas diretamente na Receita Federal do Brasil, Instituto Nacional da Seguridade Social e do F.G.T.S. As cobranças registradas representam a totalidade do passivo devido, já atualizadas pelos órgãos competentes e líquidas dos descontos / abatimentos aos quais a AEBEL goza por direito legal e contratual (cujas condições primárias e secundárias vêm sendo integral e tempestivamente cumpridas, sem qualquer evidência / expectativa de que ocorra o contrário no futuro). O valor relativo ao FGTS é apresentado mensalmente pela Caixa Econômica Federal. No decorrer de 2020 a Receita Federal do Brasil procedeu ao recálculo dos valores devidos, indicando (via extratos emitidos pela Caixa Econômica Federal) sucessivas reduções no valor global da dívida, cujos efeitos podem ser observados na tabela acima.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Tais montantes referem-se a financiamentos obtido junto a instituições financeiras e outras para manutenção da atividade.

	<u>Tx % (mês)</u>	<u>Garantias</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Empréstimos UNIPRIME	0,95%		-	973.647,49
Outros Empréstimos			-	106.974,14
Empréstimos SICOOB	0,90%		-	4.759.750,74
Empréstimos BRADESCO	0,78%	Créditos Recebíveis	5.713.578,00	7.236.131,04
Empréstimos BRADESCO II	0,65%	Créditos Recebíveis	7.263.450,60	-
(-) Encargos a Transcorrer			(1.996.513,65)	(2.088.958,33)
			10.980.514,95	10.987.545,08
		- Circulante	2.734.501,77	1.926.235,61
		- Não Circulante	8.246.013,18	9.061.309,47
			10.980.514,95	10.987.545,08

16. DÉBITOS DIVERSOS

Este grupo de contas representa as dívidas da entidade com terceiros, não relacionados ao plano de saúde, referente a aquisições de materiais e de serviços, despesas com pessoal, adiantamentos de terceiros, receitas a apropriar, multas parceladas, entre outros.

	2020	(Reclassificado) 2019
Fornecedores	9.395.938,23	7.052.930,80
Salários a Pagar	4.373.470,47	3.218.790,00
Férias a Pagar	5.046.162,29	5.060.194,39
Outras Obrigações com Pessoal	108.884,04	114.624,70
Adiantamentos de Pacientes - Particular	41.671,00	19.308,00
Adiantamentos de Terceiros	4.151,00	267.554,09
Receitas a Apropriar (Prêmio de Preferência)	683.333,32	883.333,33
Receitas a Apropriar	545.000,00	250.000,00
Acordos Judiciais Cíveis	-	11.757,45
Honorários Médicos - Confissão de Dívida	304.939,02	304.939,02
Multa CADE	562.741,10	-
Multas A.N.S.	86.400,00	-
Outros Valores a Pagar	166.579,87	380.850,82
	21.319.270,34	17.564.282,60
- Circulante	19.820.485,91	16.569.325,31
- Não Circulante	1.498.784,43	994.957,29
	21.319.270,34	17.564.282,60

17. PROVISÕES

A Entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais.

	2020	2019
Provisões Cíveis	731.857,05	961.064,97
Provisões Trabalhistas	5.423.970,16	4.889.280,15
	6.155.827,21	5.850.345,12

Contingências cíveis e trabalhistas são caracterizadas em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode ocorrer saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Entidade.

A Entidade também possui processos cujas expectativas de perdas são classificadas como possíveis, na opinião dos assessores jurídicos externos. A Entidade não provisiona os valores envolvidos nestes processos, porém os divulga, conforme segue:

Estimativa - Perda Possível		
	2020	2019
Provisões Cíveis	20.261.921,89	15.721.591,11
Provisões Trabalhistas	6.112.839,42	8.445.128,12
	26.374.761,31	24.166.719,23

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social está dividido em 31 (trinta e uma) “cotas de contribuição social”, sendo que 14 (catorze) são cotas associativas e 17 (dezessete) meramente escriturais.

18.2 RESERVAS

As reservas regulamentadas por lei estão assim compostas na data do balanço:

	2020	2019
Reservas Patrimonial – Hospital	16.296.023,61	16.296.023,61
Reservas Patrimonial – Hospitalar	200.000,00	200.000,00
Reserva de Reavaliação (a)	7.771.474,85	8.526.946,18
	24.267.498,46	25.022.969,79

- a) Se destina a escriturar, exclusivamente, os valores decorrentes das contrapartidas de valores atribuídos a quaisquer elementos do ativo imobilizado em virtude de reavaliações, com base em laudos, realizados em 2007. A realização de tal conta se dá em contrapartida “Superávit/Déficit Acumulados”, na medida em que o bem imobilizado é realizado em função de depreciação, baixa ou venda. Tal realização é tratada como “Outros Resultados Abrangentes” na DRA.

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	(Reclassificado) 2019
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	94.578.100,86	98.148.477,43
Convênios Diversos e Particulares	54.315.855,90	57.840.644,25
(-) Deduções Receita Prestação de Serviços	(572.826,29)	(781.426,42)
Clínica de Vacinas	1.317.394,50	2.431.312,16
Receitas Operacionais - Sistema SUS	20.177.853,07	20.279.857,64
Atendimentos ABRAMGE	62.454,80	146.721,59
Faturamento CPO	4.007.535,26	4.181.480,55
Contratos Diversos - Prestação Serviços	683.213,26	1.016.348,05
Receitas Internas de Estrutura	7.044.645,70	12.190.970,69
Repasse Verbas Públicas e Doações	7.223.798,45	641.975,30
Outras Receitas	318.176,21	200.593,62
Outras Despesas Oper. Assist. Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	(108.811.662,45)	(98.916.473,15)
Custo Ociosidade	(6.156.601,33)	(3.244.907,04)
Absorção Custo (Rateio)	(100.921.983,31)	(93.299.190,36)
Obrigações Judiciais - (Bloqueios)	(3.718,77)	(20.856,29)
Outras Despesas Diversas	(1.729.359,04)	(2.351.519,46)

20. PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza de benefícios fiscais, cujas isenções obtidas estão contabilizadas, consoantes disposições emanadas do Conselho Nacional de Assistência Social, conjugadas com Ordens de Serviço do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Normas Brasileiras de Contabilidade.

21. PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS FINANCEIRAS – RESOLUÇÃO ANS 393/15, 392/15, 227/10 e 451/20

A AEBEL, enquanto operadora de planos de saúde, deve observar regras emitidas pela ANS que se referem à constituição de provisões técnicas, solvência e manutenção de recursos próprios mínimos para cobertura de tais provisões. Tais regras são disciplinadas, fundamentalmente, pelas Resoluções Normativas (RN) 227/2010, 392/2015, 393/2015 e 451/2020, lidas em conjunto com as regras contábeis descritas na RN 435/2018. Abaixo temos as principais exigências e requisitos oriundos de tais normativos:

a) Capital Regulatório (CR):

Representa o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital regulamentadas na RN 451/2020. O capital regulatório a ser observado pelas operadoras até dezembro de 2022 será o maior entre os seguintes valores: I – o capital base; ou II – a margem de solvência. A Operadora decidiu não adotar antecipadamente o Capital Baseado em Riscos (CBR), nos termos da Seção IV da RN 451/2020.

a.1) Capital Base (CB):

O Capital Base representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido da Operadora, ajustado anualmente por efeitos econômicos (IPCA) na forma da regulamentação específica. É calculado a partir da multiplicação do capital de referência pelo fator 'K', ambos obtidos na tabela do Anexo I da RN 451/2020. Em 31 de dezembro de 2020 a AEBEL possuía exigência de Capital Base de R\$ 302.525,38 (R\$ 8.977.014,19 x 3,37%), de forma que o Patrimônio Líquido da Associação apresenta suficiência em relação ao mínimo exigido pela norma.

a.2) Margem de Solvência (MS):

A Margem de Solvência é regulamentada pelo artigo 5º da RN 451/2020 da ANS, e corresponde à regra de capital que define um montante variável a ser observado em função do volume de contraprestações e eventos indenizáveis aferidos pela operadora, sendo apurada mensalmente e devendo corresponder ao maior montante entre os seguintes valores:

- I - 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pré-estabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido; ou
- II – 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

O Capital Regulatório (CR) da AEBEL, atualizado até em 31/12/2020 é de R\$ 25.699.605,14, enquanto o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) está em R\$ 36.733.738,92. Nesse contexto, apuramos suficiência de R\$ 11.034.133,78 em relação ao mínimo exigido.

b) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentada pela RN nº 393/15 da ANS, representa os eventos ocorridos e não avisados a operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 10% dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior.

Em 31 de dezembro de 2020 a AEBEL constituiu esta provisão técnica com base em nota técnica atuarial, na forma definida na RN nº 393/15 da ANS, cujo saldo é de R\$ 3.960.812,05. Também, reconhecemos mais R\$ 131.765,66 de PEONA SUS, conforme informativo divulgado pela ANS, totalizando assim R\$ 4.092.577,71 devidamente contabilizados ao final de 2020.

c) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL)

Conforme RN 393/15 e RN 435/18, esta provisão deverá ser constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida, observados os seguintes critérios:

I - o registro contábil deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão ou da análise preliminar das despesas médicas; e

II - a identificação da ocorrência da despesa médica será entendida como qualquer tipo de comunicação estabelecida entre o prestador ou beneficiário e a própria operadora, ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas médicas à operadora.

A PESL abrange os valores a serem reembolsados aos beneficiários e pagos aos prestadores de serviços de saúde, incluindo o Sistema Único de Saúde – SUS.

d) Provisão de Remissão (PR)

A provisão de Remissão prevê a manutenção da cobertura de assistência à saúde, com isenção de pagamento das contraprestações, durante um período de no máximo cinco anos, para os dependentes de um contrato de saúde, no caso de ocorrência de morte do beneficiário titular. Estes dependentes continuam no plano, entretanto estão remidos da mensalidade pelo prazo estipulado em contrato.

Com base em nota técnica atuarial foi constituída provisão de remissão, cujo saldo em 31/12/2020 é de R\$ 955.345,08, dos quais R\$ 916.190,16 estão classificados no passivo não circulante.

e) Ativos Garantidores das Provisões Técnicas

Ativos Garantidores são títulos, valores mobiliários e/ou imóveis registrados no ativo da Operadora, com o objetivo de garantir as provisões técnicas, conforme regras previamente definidas pela ANS. Ou seja, todas as operadoras deverão ter ativos garantidores para lastrear as provisões técnicas exigidas, sendo facultativa a vinculação da parcela da Provisão de Sinistros/Eventos a Liquidar com sinistros avisados nos últimos 30/60 (trinta/sessenta) dias, a depender do porte da operadora.

Em 31/12/2020 a AEBEL possuía R\$ 11.197.611,67 em aplicações financeiras garantidoras, considerados suficientes para lastrear as provisões técnicas exigidas, na forma prevista pelas normas vigentes.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência a Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço.

Em 31 de dezembro de 2020, a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de risco

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Operadora não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Operadora adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Operadora dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Operadora adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4) Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Operadora. O objetivo da Operadora é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Operadora para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

b5) Risco da gestão da carteira de investimentos

A Operadora limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A Administração contratou seguros, em vigência em 31/12/2020, com cobertura para Edificações e Veículos, em montante que julga suficiente para cobertura dos riscos avaliados.

24. PARTES RELACIONADAS

Na data base dessas demonstrações contábeis a Administração da Entidade, em conjunto com opinião emitida por seus assessores jurídicos externos, entende que inexistem partes relacionadas, nos termos da RN 435/18. Não existem Entidades associadas com direitos ou influência significativa para contratar com a instituição em condições que não sejam igualitárias às condições contratadas com terceiros ou alheios.

25. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PELO MÉTODO INDIRETO

A seguir demonstramos em quadro abaixo a reconciliação do resultado líquido da DFC nos termos da NBC TG 03 aprovada pela resolução 1.296/10 do Conselho Federal de Contabilidade, e RN 345/18 da ANS:

<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>	(Reclassificado)	
	2020	2019
Superávit do Exercício	22.345.988,05	10.243.932,61
Ajustes para reconciliação do Superávit do Exercício com a geração de caixa das Atividades Operacionais:	8.000.544,76	4.251.085,19
Depreciações	3.219.260,59	3.153.304,69
Amortizações	331.188,54	226.680,29
Resultado na alienação de investimentos	5.300.000,00	
Baixas Líquidas - Imobilizado	55.156,04	9.227,84
Juros e Encargos Incorridos sobre Empréstimos	1.511.185,63	1.834.893,15
Recuperação de juros e encargos	(391.658,03)	
Provisões Técnicas - PEONA	(267.176,04)	30.399,61
Provisões Técnicas - REMISSÃO	(232.631,36)	(207.328,31)
Constituição Provisão de Perdas Sobre Créditos (PPSC)	829.111,76	2.365.156,47
Contituição (Reversão) de Provisão para Contingências	305.482,09	(486.645,78)
Receitas Patrimoniais	(2.289.806,99)	(2.194.091,72)
Juros Ativos - Cotas de Investimentos	(369.567,47)	(480.511,05)
Resultado Líquido Ajustado	30.346.532,81	14.495.017,80
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(28.835.554,77)	(10.042.413,30)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	1.598.928,91	(3.658.058,95)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	3.109.906,95	794.545,55

26. REGIME ESPECIAL DE DIREÇÃO FISCAL

Em 03/11/2020, por meio da Resolução Operacional (RO) nº 2.618, foi determinado o encerramento do regime de direção fiscal na operadora.

27. LEITOS CONTRATUALIZADO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE S.U.S.

A AEBEL possui contrato firmado junto à Autarquia Municipal de Saúde e Município de Londrina, para prestação de serviços assistenciais de saúde no âmbito ambulatorial e hospitalar aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Atualmente os 152 leitos contratualizados estão assim dispostos: 35 leitos para cuidados intensivos e semi-intensivos, dos quais 20 pediátricos / neonatal; 52 leitos cirúrgicos; 47 leitos clínicos; 13 leitos obstétricos; e 5 leitos de internação pediátrica.

**FERNANDO
ANCIOTO:020
28283955**

Assinado de forma
digital por FERNANDO
ANCIOTO:02028283955
Dados: 2021.02.17
16:59:39 -03'00'

Fernando Anciotto

Contador

CRC PR 044754/O-8

CPF 020.282.839-55

**LOURDES
APARECIDA
MARQUES:78573
890800**

Assinado de forma digital
por LOURDES APARECIDA
MARQUES:78573890800
Dados: 2021.02.17
13:20:30 -03'00'

Dra. Lourdes A. Marques

Superintendente Geral (CEO)

CPF 785.738.908-00

Prospera Consultoria Atuarial Ltda.

CIBA 135

CNPJ 05.475.051/0001-93

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
CNPJ 78.613.841/0001-61 – AV. BANDEIRANTES, 618 – LONDRINA – PR

1º Ofício de Títulos e Documentos 1226 - Inscrição na ANS 32675-5

Relatório da Administração referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2020

Conforme previsto na Resolução Normativa – RN 435/2018, a administração da Associação Evangélica Beneficente de Londrina – AEBEL, neste ato representada por seus Diretores Sra. Lourdes A. Marques, Sr. Felipe R. Leme e Sr. Lincoln V. Magalhães, vêm apresentar o Relatório da Administração referente ao exercício de 2020, destacando os assuntos conforme segue:

A AEBEL tem por atividades uma Operadora de Plano de Saúde, um Hospital de alta e média complexidade (que atende sua própria operadora, particulares, outras operadoras e SUS) e serviços de Home Care.

a) Política da destinação do resultado

A AEBEL não faz distribuição de seus resultados, quando positivos, a representantes, terceiros ou funcionários, sendo todo recurso do resultado reinvestido em suas atividades.

b) Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na performance e resultado da AEBEL

Hospitalar Plano de Saúde

O Hospitalar Plano de Saúde foi fundado em 1967 com o objetivo principal de oferecer suporte à saúde da população Londrinense. Hoje, conta com uma ampla rede médica credenciada em diversas especialidades, oferecendo aos seus beneficiários agilidade, comodidade, qualidade e tranquilidade. Por meio da ABRAMGE - Associação Brasileira de Medicina de Grupo, o Hospitalar oferece atendimento nacional de urgência e emergência e a segurança de ser um plano regulamentado pela ANS - Agência Nacional de

Saúde Suplementar. Em 2020, a AEBEL obteve indubitável diferença em seu resultado, seja por meio do incremento em sua receita, seja em razão da queda no custo assistencial total, este último fortemente impactado pela crise oriunda da pandemia Covid-19.

A sinistralidade geral do setor de Assistência Médica, nos três primeiros trimestres de 2020 foi de 73,74% (dados disponíveis, conforme DIOPS), contra 83,23% no acumulado de 2019. No Hospitalar Plano de Saúde este índice foi de 69,02% no acumulado de 2020, contra 80,86% no acumulado de 2019. Estes índices abaixo da média nacional demonstram os esforços da Administração do Plano para a manutenção de níveis sustentáveis de sinistralidade, visando garantir a perenidade de suas atividades e níveis de excelência no atendimento prestado aos beneficiários.

A pandemia de Covid-19 trouxe sensíveis reflexos na redução do custo assistencial, especialmente no 2º trimestre de 2020 (50,7% em Abr/20; 60,7% em Mai/20; 53,3% em Jun/20) fruto principalmente das medidas de distanciamento social impostas pelos governos estadual e municipal, as quais culminaram na redução na procura por consultas, exames e cirurgias eletivas.

Colaborou ainda para o resultado do grupo AEBEL o maior controle da sinistralidade da Operadora, via implementação de ferramentas tecnológicas e profissionais com capacidade de auxiliar a Entidade a se programar em relação aos gastos com saúde, permitindo a tempestiva tomada de medidas corretivas necessárias e desenvolvendo iniciativas de promoção da saúde com orientação e apoio, por meio de médicos, enfermeiros e de sua empresa de *home care*.

Além disso, está em pleno funcionamento um comitê de sinistralidade para acompanhar, estudar e criar ações para que as receitas sejam crescentes e os custos sejam mais bem geridos. Dentre as ações para crescimento das receitas foram registrados planos coletivos por adesão, para melhor explorar o mercado deste tipo de contratação. Também foi estabelecida uma célula de retenção que tem como objetivo auxiliar os beneficiários, especialmente os inadimplentes, para que tenham condições de permanecer com o plano.

Em 2020 a carteira de beneficiários aumentou em 2.414 vidas, com incremento de 2.017 vidas em planos coletivos empresariais, incremento de 1.417 vidas em

planos coletivos por adesão, e redução de 1.020 vidas em planos individuais/familiares frente ao ano anterior.

Os indicadores de desempenho relacionados ao atendimento têm apresentado constantes melhorias, conforme informações disponíveis no site da ANS.

Embora a Operadora tenha passado por momentos difíceis, o ano de 2020 foi marcado pela significativa melhora em diversos indicadores econômico-financeiros acompanhados pela ANS, substancialmente o Capital Circulante Líquido e a suficiência da Margem de Solvência, fruto das medidas administrativas para contenção de gastos e incremento nas receitas operacionais. Diante do novo cenário, em 03 de novembro de 2020, por meio da Resolução Operacional (RO) nº 2.618 da ANS, foi determinado o encerramento do regime de Direção Fiscal, representando assim um marco na história da Entidade, corroborando o sucesso das ações implantadas e que a Entidade se encontra no caminho certo, tanto do ponto de vista financeiro, quanto do ponto de vista de qualidade na assistência aos seus beneficiários.

Importante destacar que contrariamente à ação de grande parte das Operadoras de Saúde do Brasil, o Hospitalar disponibiliza à população planos de contratação Individual/Familiar, nestes concentrados a maioria dos beneficiários da carteira (cerca de 69,57% em 2020, contra 75,5% em 2019). Há que se considerar também que o Plano Hospitalar é uma opção ao acesso a planos de saúde privada à população de Londrina e região, sendo a segunda maior operadora do norte do Paraná.

A Operadora tem o apoio do Saúde em Casa internação domiciliar. Com uma equipe multiprofissional especializada no atendimento humanizado e individualizado, o Saúde em Casa conta com infraestrutura apropriada no cuidado em domicílio. Com a internação domiciliar, o paciente recebe os cuidados de enfermagem, nutrição, fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional e fonoaudiologia em casa, conforme indicação do médico, proporcionando ao paciente um maior conforto no tratamento, a possibilidade de estar no ambiente familiar, a redução do risco de infecção hospitalar e uma desospitalização mais rápida e segura. A internação domiciliar é uma excelente alternativa para prestadoras de serviços na área da saúde, pois reduz custos e libera leitos hospitalares.

Por fim, destacamos que embora o momento demonstre excelentes resultados operacionais, permanecemos focados estratégica e operacionalmente na manutenção dos bons resultados e performance, via acompanhamento diário do orçamento e indicadores estratégicos. Lembrando que os resultados da Operadora são partilhados com todo o grupo AEBEL. Isso implica em que a saúde suplementar está, nessa Associação, contribuindo para a saúde pública, pois o Hospital Evangélico atende grande número de pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS) cujos repasses recebidos são insuficientes para a cobertura de seus custos.

Hospital Evangélico de Londrina (HE)

O Hospital Evangélico de Londrina (HE) é uma instituição filantrópica e sem fins lucrativos que reflete a competência e a experiência de quem prioriza a vida há 72 anos. Sua relevância se estende por toda região metropolitana de Londrina, alcançando também outros estados como São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O HE Londrina faz a diferença na vida de milhares de pessoas. Em 2020 foram realizados 50.567 atendimentos no pronto socorro, 20.687 internações, 13.053 eventos cirúrgicos. Seu desempenho em procedimentos de alta complexidade é um destaque, contemplando a rede particular, os convênios e o Sistema Único de Saúde (SUS).

Com infraestrutura completa, corpo clínico formado por mais de mil médicos de diferentes especialidades e área construída de mais de 19.000 m², o HE dispõe de 356 leitos instalados, sendo 54 de UTI adulto e pediátrico. Há mais de 20 anos possui o selo de Hospital Amigo da Criança, idealizado pela Organização Mundial da Saúde e pela UNICEF, e incorporado pelo Ministério da Saúde. Sua maternidade é referência com estrutura moderna e apta a realizar partos humanizados.

Com a cultura organizacional de melhoria contínua madura, em 2018, o HE conquistou a certificação de qualidade Acreditado com Excelência pela ONA – Organização Nacional de Acreditação (renovado em 2019 e mantido em 2020). A primeira concedida no Paraná a um hospital filantrópico, de grande porte, com atendimento ao SUS. Hoje, o HE Londrina integra o seletor grupo que representa 2% de hospitais filantrópicos no Brasil a

conquistar essa certificação. No ano de 2018 inaugurou 15 leitos de UTI exclusivamente para paciente SUS através de recursos de emendas parlamentares.

Por meio de uma parceria firmada entre o HE e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) Londrina o HE funciona como hospital escola. Nessa parceria houve investimentos por parte da instituição de ensino, possibilitando ambientes adequados a seus alunos e professores.

Em relação aos resultados do HE no ano de 2020, cabe salientar que enfrenta as mesmas dificuldades de vários hospitais filantrópicos em relação ao atendimento ao SUS, que além de remunerar com tabela defasada, os custos dos atendimentos são pagos em prazos bem superiores ao dispendido pelo hospital. Ademais, a pandemia Covid-19 trouxe sensíveis reflexos negativos, com a suspensão das cirurgias eletivas em razão de decretos estadual e municipal, cujo objetivo era garantir a disponibilidade de leitos de UTI e internação para possíveis pacientes acometidos pela Covid-19. Desde Mar/20, especialmente nos primeiros meses após o início da pandemia, o hospital sofreu de forma sem precedentes com a queda vertiginosa em suas receitas oriundas de atendimentos particulares e outros convênios, cuja variação negativa fora de aproximadamente 30% em relação aos níveis pré-pandemia. O custo médio na aquisição de insumos básicos (materiais e medicamentos) utilizados aumentou significativamente, reduzindo assim as margens das operações.

Entretanto, iniciamos trabalhos específicos de controle em relação aos atendimentos ao SUS, eliminando desperdícios e realização de exames desnecessários, além de controlar o tempo médio de permanência, melhorando a eficácia no atendimento e tratamentos, e principalmente na segurança dos serviços prestados.

Com todas essas ações o HE, que já era uma referência em atendimento aos pacientes de alto risco do SUS, pela central de regulação SIATE e SAMU, particulares e convênios, destaca-se dos demais hospitais de Londrina e região.

c) Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto

As mantenedoras adotam as melhores práticas de governança corporativa, preconizadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Em 20 de

setembro de 2018, após o trânsito em julgado da ação de intervenção judicial, a questão do quadro de associados restou pacificada, com a exclusão definitiva da quotista majoritária causadora de todos os problemas da AEBEL. Depois de se desvincular da intervenção judicial, a AEBEL através da alteração de seu Estatuto em Assembleia Geral realizada em 11 de dezembro de 2018, procedeu a estruturação da **Governança Corporativa** preconizada pela Agência Reguladora. Adotou as melhores práticas do código do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e constituiu a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Dessa maneira, a Instituição se empenhou em construir um sistema de Governança Profissional, para perenizar a organização de tal forma que manterá o interesse da organização acima dos interesses individuais e externos.

Desse modo, em meados de 2018, a mantenedora reorganizou a administração através de um novo modelo de gestão que contempla a reestruturação organizacional, novos controles através de indicadores de desempenho, com foco em resultados de qualidade assistencial e sustentabilidade econômico-financeira.

A Diretoria Executiva foi composta por um Superintendente (CEO) e dois Diretores Executivos, além da Diretoria Técnica Assistencial, possibilitando trabalhos específicos e com foco na excelência de gestão da administração. Foi criado também Conselho de Administração formado por sete membros, sendo dois profissionais independentes, com conhecimentos específicos nas áreas de negócio da AEBEL, divididos em três vertentes, econômica e financeira, administração hospitalar e planos de saúde. O Conselho Fiscal foi constituído por três membros efetivos.

d) Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte

As decisões tomadas no decorrer do exercício de 2020 já deram frutos colhidos no mesmo ano, no contexto de organização e postura profissional que a atividade exige, com evidente eficiência operacional e assistencial.

O amadurecimento da equipe operacional também proporcionou retornos financeiros significativos, assim como o trabalho em relação aos custos e despesas gerais, com melhorias de controle e acompanhamento de orçamento anual.

Para 2021 foram definidos alguns objetivos estratégicos: Em primeiro lugar, o foco na Experiência do Paciente atrelado ao 1) cumprimento do orçamento contábil-financeiro 2) cumprimento das metas de indicadores econômicos previsto no orçamento e 3) manutenção do Nível III da ONA. Resultados econômicos continuarão a ser obtidos e controlados em sistema orçamentário, renovando o planejamento de aumento de receitas e redução de despesas.

A AEBEL possui programa de captação de recursos através de emendas parlamentares, doações, eventos beneficentes e convênios municipais, estaduais e federais, o que possibilita o investimento necessário na infraestrutura do negócio. Esse trabalho está em pleno desenvolvimento, e para 2021 está se reestruturando para aumentar a captação de recursos não só através de emendas parlamentares, mas também de outras fontes disponíveis, como o nota Paraná.

e) Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

No ano de 2020 a AEBEL recebeu R\$ 3.845.452 através de emendas parlamentares, dos quais R\$ 1.752.977,00 referem-se ao ingresso de recursos disponibilizados pelo governo federal para o combate à COVID-19, conforme portarias do Ministério da Saúde nº 1.393, de 21/05/2020 e nº 1.448, de 29/05/2020. Ademais, recebemos outros R\$ 3.178.022 em doações de pessoas físicas, jurídicas e oriundas do Nota Paraná (este último, no total de R\$ 60.849)

A AEBEL vem continuamente ampliando seus investimentos em promoção e prevenção em saúde. Por meio de sua operadora, a Hospitalar Plano de Saúde, administra várias ações neste sentido. Em julho de 2020 conseguimos a aprovação, pela ANS, do Programa de Gerenciamento de Crônicos - PGDC, uma grande conquista tanto para a operadora quanto para os beneficiários (atuais e futuros) do programa. No acumulado do ano foram incorridos R\$ 145.987,81 com as atividades do PGDC, que incluem: médico da família, enfermeiros, fonoaudiólogos, nutricionistas e psicólogos.

No que tange aos investimentos em ativos físicos e melhoria em infraestrutura, a AEBEL adicionou R\$ 6.035.473,60 ao seu patrimônio, via obras de reforma e ampliação (R\$ 3.092.560,89), bem como aquisição de máquinas e equipamentos (R\$ 2.942.912,71). Para 2021 projetamos novos investimentos, sempre visando a atualização e modernização de nossas instalações, garantindo assim a excelência nos atendimentos aos nossos clientes e beneficiários.

Em continuidade do trabalho realizado, entre Hospitalar Plano de Saúde e Hospital Evangélico, o Programa de Saúde e Bem Estar, voltado para os colaboradores da AEBEL tem foco em estimular a saúde, lazer e esporte, melhorando os indicadores de saúde e qualidade de vida dos colaboradores da instituição.

f) Resumo dos acordos dos associados

Não há acordos entre os associados que fujam às regras definidas pelo Estatuto Social. Isso traz mais clareza e idoneidade ao negócio, possibilitando transparência a todos aqueles que trabalham com informações da estratégia do negócio.

g) Declaração sobre capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

No ano de 2020 a AEBEL manteve seu foco no saneamento financeiro para atender sua NCG – Necessidade de Capital de Giro, com um forte programa de otimização de receitas e redução de custos e despesas, resultando em melhoria de seu resultado. Por outro lado, buscou renegociar as taxas de suas linhas de crédito, diminuindo as despesas financeiras ao longo do ano.

A Entidade declara não ter definido uma política / estudo evidenciando a intenção de manter, até o vencimento, aqueles títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Sendo o que tínhamos para relatar, declaramos serem reais e verdadeiros os fatos mencionados, ficando a disposição para maiores esclarecimentos.

LOURDES APARECIDA
MARQUES:785738908
00

Assinado de forma digital por
LOURDES APARECIDA
MARQUES:78573890800
Dados: 2021.02.15 17:06:58
-03'00'

Lourdes A. Marques
Superintendente (CEO)

FELIPE RODRIGUES
LEME:31118101863

Assinado de forma digital
por FELIPE RODRIGUES
LEME:31118101863
Dados: 2021.02.15 16:50:59
-03'00'

Felipe R. Leme
Diretor Executivo de Operações

LINCOLN VIEIRA
MAGALHAES:89
987799949

Assinado de forma digital
por LINCOLN VIEIRA
MAGALHAES:89987799949
Dados: 2021.02.15 20:17:31
-03'00'

Lincoln V. Magalhães
Diretor Executivo Jurídico,
Regulatório e Institucional

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Administradores e Diretores da

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de janeiro de 2021.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR N° 4552/O-5



RICARDO LUIZ MARTINS
CRC-RS N° 036.460/O-8 T/PR